As complexibilidades do Direito Eleitoral. Um entendimento ou desentendimento geral?

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Jessye Moreira Evangelista
Luciana Calado Pena
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Felipe De Almeida Campos
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O presente trabalho vem de uma maneira simples, clara e objetiva demonstrar e repassar um pouco do conhecimento aos presentes repassado no Simpósio Eleitoral da Faculdade Anhanguera – Campus Ribeirão das Neves, que aconteceu no 2º semestre de 2024.
De maneira clara, nos foi repassado a maneira em que o processo eleitoral acontece, bem como quais são as principais responsabilidades dos candidatos e todos os envolvidos nas eleições.
Foi trago a baila as questões de Fake News e a importância da informação, o que gerou algumas criticas sobre a rigidez das leis eleitorais, bem como da sua complexidade que faz com que os cidadãos mais simples não tenham uma facilidade no entendimento, trazendo uma insegurança e a ausência nas votações.
Espero criar junto a vocês um debate interno de como melhorar o sistema, fazendo eleições justas e diretas.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho é demosntrar a importancia do Direito Eleitoral Brasileiro e que diferentemente das noticias falsas espalhadas, é o sistema mais seguro, de lei complexa e que visa cada vez mais trabalhar de uma maneira justa e eficaz.

Material e Métodos

O Direito Eleitoral é essencial devido à sua complexidade e constante mudança, regulando a organização, administração e execução das eleições, além das normas dos partidos políticos. Abrange aspectos como elegibilidade, campanhas e apuração dos resultados. No Brasil, o TSE e os TREs garantem eleições justas e transparentes. A presença de advogados e contadores é crucial para evitar irregularidades e deliberações, como multas ou perdas de contas. As regras de financiamento estabelecem limites de gastos e excluem a identificação de doadores. Os desafios modernos incluem fake news e deepfakes, que afetam candidatos e candidatos. A

Resolução 23.732/24 busca combater a desinformação e o uso das mídias sociais e da inteligência artificial, que ainda carece de controle eficaz. A integridade do processo eleitoral depende da participação consciente dos cidadãos e da adaptação das leis às novas tecnologias.

Resultados e Discussão

O Direito Eleitoral é essencial para garantir a organização e legalidade das eleições, assegurando um processo justo e transparente. No Brasil, a Justiça Eleitoral, composta pelo TSE e pelos TREs, administra as eleições, estabelecendo diretrizes e fiscalizando sua execução. Para evitar irregularidades, advogados e contadores desempenham papéis fundamentais, garantindo a conformidade legal e prevenindo penalidades, como multas e rejeição de contas.
A regulamentação de gastos eleitorais e doações busca equilibrar a competição, limitando despesas e exigindo a identificação dos doadores por CPF. Os desafios como fake news e deepfakes ameaçam a integridade do processo. O uso descontrolado de inteligência artificial dificulta a identificação de informações falsas, prejudicando candidatos e eleitores. A Resolução 23.732/24 surge como uma medida para regular mídias sociais e combater a desinformação, destacando a necessidade de uma atuação crítica dos cidadãos para preservar a democracia.

Conclusão

O Direito Eleitoral é essencial para organizar e regulamentar eleições justas e transparentes, garantindo a integridade das campanhas. A Justiça Eleitoral e profissionais, como advogados e contadores, asseguram a legalidade do processo. O controle dos gastos promove competição justa, mas desafios como fake news e deepfakes exigem novas regulamentações. A atualização das leis e a educação política são fundamentais para proteger a democracia e manter a confiança da sociedade.

Referências

Simpósio Eleitoral da Faculdade Anhanguera - Campus de Ribeirão das Neves
Palestrantes:Contadora Norma Gonçalves
Dr Raimundo Neto
Dr Matheus Braga
Dr Silverio da SIlveira Campos
Dr Gianno Nepomuceno
Dr Jorge Washington Cansado de Morais

https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965

https://www.youtube.com/watch?v=SvYG-fQ5hzg

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/611199/Codigo_eleitoral.pdf

https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/06/17155247/ARTIGO-16-Resumo-de-Direito-Eleitoral.pdf